ISSN: 2358-8829

USO DO MÉTODO FÔNICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Marcela Dwoucelly Salazar da Silva [1]
Raimunda Sousa dos Santos [2]

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma etapa fundamental da educação básica, pois possibilita à criança apropriar-se da leitura e da escrita e participar de diferentes práticas sociais. Esse processo envolve a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e o desenvolvimento de habilidades que permitem compreender e utilizar a linguagem escrita em situações diversas. Por isso, a escolha de estratégias pedagógicas adequadas é especialmente importante para atender à diversidade de ritmos, características e necessidades presentes no contexto escolar.

No caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o processo de alfabetização pode envolver necessidades específicas de aprendizagem e de comunicação. Essas necessidades não são iguais para todas as crianças, uma vez que o espectro apresenta características variadas. Assim, o planejamento pedagógico deve considerar as habilidades já desenvolvidas por cada estudante, as barreiras que encontra e os apoios e recursos que podem favorecer sua participação e aprendizagem.

Entre as abordagens utilizadas no ensino inicial da leitura e da escrita, destaca-se o método fônico, que trabalha de forma explícita e sistemática as relações entre fonemas, isto é, os sons da fala, e grafemas, as letras ou grupos de letras que os representam. Esse trabalho pode contribuir para o desenvolvimento da consciência fonológica e para a aprendizagem da decodificação, habilidades importantes para a leitura de palavras. Macarini (2026), discute a relevância do ensino sistemático das correspondências entre sons e letras e ressalta que ele deve ser articulado a práticas de letramento, para que a aprendizagem do código escrito também se relacione à compreensão e ao uso social da leitura e da escrita.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN, msalazardasilva1@gmail.com;
[2] Professor orientador: Especialista, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, raisousantos@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

É de suma importância compreender que o trabalho pedagógico com crianças com TEA requer uso de recursos visuais, materiais manipuláveis, atividades lúdicas e rotinas organizadas permitem a inclusão dos estudantes dentro do ambiente escolar. Desse modo, inserir cartões com letras e imagens, jogos de identificação de sons iniciais e atividades de associação entre fonemas e grafemas nas alunas de língua portuguesa podem ser utilizados para apresentar e praticar os conteúdos. Esses recursos, entretanto, não substituem o ensino sistemático nem garantem resultados por si mesmos, sua pertinência deve ser observada no acompanhamento da aprendizagem de cada criança.

Diante desse contexto, torna-se relevante refletir sobre o uso do método fônico no processo de alfabetização de crianças com TEA, considerando tanto suas possibilidades pedagógicas quanto a necessidade de adaptações que respeitem as particularidades de cada estudante. A discussão também requer reconhecer que o método fônico não deve ser reduzido a exercícios mecânicos, devendo ser associado a experiências significativas de leitura e escrita.

Assim, este trabalho tem como tema o uso do método fônico no processo de alfabetização de criança com Transtorno do Espectro Autista. Busca-se compreender de que maneira essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades iniciais de leitura e escrita e quais estratégias pedagógicas podem favorecer sua utilização em um contexto inclusivo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e quantitativa, conduzida por meio da aplicação de um questionário com perguntas semiestruturadas aos professores do turno vespertino do Ensino Fundamental do Colégio Militar 02 de julho LXXII - Nohemia Almeida, pertencente a rede municipal de ensino de Bacabal-MA.

Como contribuição teórica, foram considerados os estudos de Capovilla (2010), Puliezi (2024) e Soares (2020). Para coleta de dados foi utilizado como instrumento de investigação um questionário semiestruturado com perguntas fechadas aos professores. A escolha do questionário se justifica como instrumento mais fácil de ser utilizado nesta situação, quando o sujeito da pesquisa carece de maiores esclarecimentos sobre as questões.

ISSN: 2358-8829

Assim, a realização desta pesquisa aconteceu de modo ético, cauteloso sem interferir na rotina da escola e da sala de aula. Cada participante da pesquisa foi tomado como sujeito principal com concepções próprias sobre o assunto pesquisado atuante da realidade vivenciada e como a finalidade de investigar as concepções e estratégias pedagógicas na estimulação da leitura e escrita de crianças na educação infantil.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O autismo é uma condição relacionada ao desenvolvimento humano que influencia principalmente a comunicação, a interação social e o comportamento. Suas manifestações podem ser percebidas desde os primeiros anos de vida e acompanham a pessoa ao longo de seu desenvolvimento. Entretanto, é importante compreender que o autismo não se apresenta da mesma maneira em todos os indivíduos, pois existem diferentes níveis de dificuldades, habilidades e necessidades de apoio. De acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012), o autismo pode ser compreendido como um transtorno do desenvolvimento caracterizado por alterações em três áreas principais: socialização, comunicação e comportamento.

> O autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida. Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento, e, dentre elas, a mais comprometida é a interação social. No entanto, isso não significa dizer, em absoluto, que a pessoa com autismo não consiga e nem possa desempenhar seu papel social de forma bastante satisfatória. Silva; Gaiato; Reveles (2012, p. 5).

Dessa forma, demonstra que as dificuldades relacionadas ao autismo não anulam as possibilidades de aprendizagem, participação social e desenvolvimento da pessoa. Embora a interação social seja frequentemente uma das áreas mais afetadas, cada indivíduo apresenta características particulares. Por isso, deve-se evitar uma visão limitada que considere apenas as dificuldades, desconsiderando as habilidades e potencialidades existentes.

Os autores também destacam que o autismo apresenta diferentes formas de manifestação. Para explicar essa diversidade, utilizam o conceito de espectro, mostrando

que algumas pessoas podem apresentar características mais leves, enquanto outras possuem dificuldades mais acentuadas. Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 52):

> O espectro autista é assim, possui várias camadas, mais ou menos próximas do autismo clássico (grave), que poderia ser considerado o centro das ondas, o ponto onde a pedra atingiu a água. Esse espectro pode se manifestar nas pessoas de diversas formas, mas elas terão alguns traços similares, afinal todas as ondulações derivam do mesmo ponto.

Desse modo, o termo "espectro" representa a variedade de características e intensidades encontradas entre as pessoas com autismo. Isso significa que não existe um único padrão de comportamento autístico. Algumas pessoas podem desenvolver a fala e apresentar maior autonomia, enquanto outras podem necessitar de apoio constante nas atividades cotidianas, na comunicação e nas relações sociais.

Nesse sentido, compreender o autismo exige um olhar individualizado, acolhedor e livre de preconceitos. A pessoa não deve ser reduzida ao diagnóstico, pois possui identidade, sentimentos, interesses e capacidades próprias. O acompanhamento adequado, a participação da família, a inclusão escolar e as intervenções realizadas por profissionais capacitados podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da comunicação, da autonomia e da participação social.

Portanto, o autismo deve ser entendido como uma condição complexa e diversa. Reconhecer as dificuldades é necessário para oferecer o apoio adequado, mas também é fundamental valorizar as potencialidades de cada pessoa. Assim, a compreensão do conceito de autismo constitui um passo importante para promover práticas inclusivas, combater estigmas e garantir o respeito às diferenças.

A inclusão escolar das pessoas com deficiência no Brasil foi construída por meio de um processo histórico marcado pela superação de práticas de segregação. Durante muito tempo, os estudantes com deficiência foram atendidos separadamente, principalmente em instituições e classes especiais. A partir da segunda metade do século XX, fortaleceu-se o movimento de integração escolar, que permitia a presença desses alunos nas escolas regulares, embora ainda exigisse que eles se adaptassem às estruturas já existentes.

> A Educação Especial começou a ser pensada a partir do século XVI, porém somente na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1960, que a sociedade começou a perceber que crianças

> com deficiência deveriam ser integradas no mesmo espaço escolar das outras crianças sem deficiência. (Sant'Ana; Santos, 2015, p. 104).

Na década de 1990, o conceito de integração passou a ser questionado por manter práticas segregadoras. Em seu lugar, ganhou força a concepção de educação inclusiva, fundamentada na ideia de que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a instituição escolar que deve organizar seus espaços, currículos, metodologias e recursos para atender à diversidade. A Declaração de Salamanca, publicada em 1994, também contribuiu para esse processo ao defender o acesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais às escolas regulares.

No contexto brasileiro, um importante marco foi a promulgação da Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Em seu artigo 58, a legislação define a educação especial como uma modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A mesma lei determina a oferta de serviços de apoio especializado quando necessários.

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (Brasil, 1996, art. 58).

Além de garantir a presença desses alunos na rede regular, o artigo 59 da LDB determina que os sistemas de ensino ofereçam currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e formas de organização específicas para atender às necessidades dos estudantes.

Também prevê professores especializados para o atendimento educacional e docentes do ensino regular capacitados para atuar nas classes comuns. Embora a LDB tenha representado um avanço importante para a educação especial, a legislação ainda não tratava de maneira específica dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Essa mudança ocorreu com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, denominada Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação foi decisiva porque passou a considerar a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. A partir desse reconhecimento, os estudantes com autismo passaram a ter assegurados os

ISSN: 2358-8829

mesmos direitos educacionais garantidos às demais pessoas com deficiência. O artigo 3º da Lei Berenice Piana garante o acesso à educação e ao ensino profissionalizante e determina que, em casos de comprovada necessidade, o estudante com autismo incluído em classe comum tenha direito a acompanhante especializado. A lei também prevê punição ao gestor escolar ou à autoridade competente que recusar sua matrícula. Sobre a importância desse marco legal, Sant'Ana e Santos (2015) afirmam:

> Do ponto de vista normativo, a Lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana) representa um avanço das políticas públicas inclusivas para as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista. A partir de sua promulgação, as pessoas com TEA passam a gozar dos mesmos direitos das outras pessoas com deficiência, garantido pelo § 2º, Art. 1º, da referida lei.

A Lei Berenice Piana representou, portanto, um marco histórico para a escolarização dos estudantes com autismo, pois tornou obrigatória a garantia de matrícula nas classes regulares, reconheceu o direito ao acompanhamento especializado e ampliou a responsabilidade das escolas na construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Outro marco fundamental foi a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI ampliou as garantias já existentes e consolidou a educação inclusiva como um direito que deve ser assegurado em todos os níveis e modalidades de ensino.

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

O artigo 28, por sua vez, atribui ao poder público a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo. Entre as medidas previstas estão a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem; a oferta de atendimento educacional especializado; a realização de adaptações razoáveis; a adoção de medidas individualizadas; a formação de professores; a disponibilização de profissionais de apoio escolar e o uso de recursos de acessibilidade.

Dessa maneira, a LDB estabeleceu as bases da educação especial na rede regular; a Lei Berenice Piana reconheceu especificamente a pessoa com autismo como pessoa com deficiência e garantiu direitos educacionais próprios; e a LBI consolidou o direito a

um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Esses documentos demonstram que inclusão não significa apenas efetuar a matrícula do estudante com autismo, mas garantir condições efetivas de acesso, participação, aprendizagem e permanência na escola.

DIFERENÇA ENTRE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E CONSCIÊNCIA FONÊMICA.

No processo de alfabetização, a consciência fonológica e a consciência fonêmica são habilidades relacionadas, mas não possuem o mesmo significado. A consciência fonológica constitui uma habilidade mais ampla, pois envolve a capacidade de perceber, analisar e manipular os diferentes segmentos sonoros da fala, como palavras, sílabas, rimas, aliterações e fonemas. Puliezi e Di Agustini (2024) explicam:

> A consciência fonológica é a capacidade de ouvir, distinguir e manipular os sons que compõem a fala. Envolve a compreensão de que a linguagem falada pode ser segmentada de várias maneiras, incluindo a divisão de frases em palavras, de palavras em sílabas e de sílabas em fonemas.

Dessa forma, a consciência fonológica permite que a criança compreenda que a fala não é formada por um bloco sonoro único, mas pode ser dividida em unidades menores. Essa habilidade pode ser observada quando a criança identifica palavras em uma frase, reconhece palavras que rimam, conta as sílabas de uma palavra ou percebe sons semelhantes no início ou no final das palavras.

A consciência fonêmica, por sua vez, é uma habilidade específica que integra a consciência fonológica. Ela se refere à capacidade de perceber, identificar, separar, acrescentar, retirar ou substituir os fonemas, que são as menores unidades sonoras da fala. Assim, enquanto a consciência fonológica abrange diferentes unidades sonoras, a consciência fonêmica concentra-se exclusivamente nos fonemas.

> Em síntese, a consciência fonológica consiste na capacidade para focalizar os sons da fala, independentemente do sentido. Pode ser desenvolvida por meio de exercícios, produzindo um impacto positivo na aprendizagem da leitura e da escrita das línguas que utilizam a ortografia alfabética, como o Português. [...] A consciência fonêmica é um aspecto particular da consciência fonológica: consiste na habilidade de perceber as unidades mínimas da fala, ou seja, os fonemas (Carvalho, 2005, p. 28).

Por exemplo, quando a criança divide a palavra “casa” nas sílabas “ca-sa”, está utilizando a consciência silábica, que faz parte da consciência fonológica. Entretanto,

ISSN: 2358-8829

quando identifica que a palavra “casa” começa com o fonema /k/ ou consegue segmentá-la nos fonemas /k/ /a/ /z/ /a/, está utilizando especificamente a consciência fonêmica. A consciência fonológica apresenta diferentes níveis de complexidade. Geralmente, a criança começa percebendo unidades sonoras maiores, como palavras, rimas e sílabas, e, posteriormente, desenvolve a capacidade de identificar e manipular unidades menores, como os fonemas.

Apesar dessa progressão, os níveis de consciência fonológica não devem ser compreendidos como etapas totalmente rígidas. As crianças podem desenvolver essas habilidades em ritmos diferentes e utilizar mais de um nível durante uma mesma atividade. Por isso, o professor pode trabalhar simultaneamente com rimas, sílabas, palavras e sons iniciais, respeitando as necessidades de aprendizagem de cada estudante. A consciência fonêmica possui relação direta com a compreensão do princípio alfabético, pois ajuda a criança a perceber que os fonemas da fala são representados por letras ou grupos de letras na escrita.

> Ao compreender e manipular os fonemas na linguagem oral, e conseguir relacioná-los às letras do alfabeto, os estudantes desenvolvem uma base sólida para decodificar palavras e construir habilidades de leitura. Essa combinação possibilita ao aluno compreender que as letras representam sons e que os sons, por sua vez, compõem as palavras. (Puliezi Di Agustini, 2024, p. 18).

Portanto, a consciência fonológica corresponde ao conjunto amplo de habilidades de reflexão sobre a estrutura sonora da linguagem, enquanto a consciência fonêmica constitui uma parte específica desse conjunto, direcionada à identificação e à manipulação dos fonemas. Ambas são importantes para a alfabetização, mas a consciência fonêmica apresenta uma relação mais direta com a aprendizagem das correspondências entre fonemas e grafemas, necessárias para a leitura e a escrita.

O MÉTODO FÔNICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O método fônico é uma abordagem de alfabetização que enfatiza o ensino explícito e sistemático das relações entre os fonemas, unidades sonoras da fala e os grafemas, letras ou grupos de letras que representam esses sons na escrita. A proposta busca ajudar a criança a compreender o princípio alfabético e a utilizar as correspondências entre sons e letras para decodificar palavras. O ensino costuma partir

ISSN: 2358-8829

de correspondências mais simples e avançar gradualmente para combinações mais complexas, com prática orientada e oportunidades de aplicação na leitura e na escrita.

O desenvolvimento da consciência fonológica relaciona-se a esse processo porque permite que a criança perceba e manipule unidades sonoras da fala, como palavras, sílabas, rimas e fonemas. A consciência fonêmica é uma parte mais específica dessa habilidade, centrada na identificação e manipulação dos fonemas. Conforme Puliezi e Di Agustini (2024, p. 17–18), compreender que a fala pode ser segmentada em unidades sonoras e relacionar essas unidades às letras contribui para a aprendizagem da decodificação. Essa relação torna relevante trabalhar atividades de identificação de sons, segmentação oral, combinação de fonemas e associação entre som e grafema.

No ensino fônico, a progressão precisa ser planejada e explícita. O professor pode apresentar o som associado a uma letra, modelar sua pronúncia, propor que os alunos reconheçam esse som em palavras, combinar sons para formar sílabas e palavras e, posteriormente, ler e escrever palavras e frases. A prática deve incluir revisão e feedback, bem como atividades que permitam aplicar as correspondências aprendidas em contextos significativos. O método não deve ser reduzido à memorização isolada de letras: é importante articular o conhecimento do código alfabético à leitura, à escrita e à compreensão.

> Cada momento do desenvolvimento da criança na compreensão do sistema alfabético, cada faceta do desenvolvimento da consciência fonológica e fonêmica, cada faceta do processo de conhecimento das letras, cada passo em direção à aprendizagem das relações fonemas-grafemas, cada etapa na apropriação de normas ortográficas, cada componente do desenvolvimento de habilidades de ler e interpretar textos e de produzir textos, elas são facetas que demandam, cada uma, ações pedagógicas diferenciadas, mas compõem, reunidas, a totalidade da aprendizagem inicial da leitura e da escrita pela criança.” (Soares, 2022, p. 289).

A consciência fonológica e a consciência fonêmica são relacionadas, mas não são sinônimos de método fônico. As duas primeiras dizem respeito a habilidades de reflexão sobre os sons da fala; o método fônico, por sua vez, é uma forma de organizar o ensino das relações entre fonemas e grafemas. Essa distinção ajuda a descrever com precisão o que está sendo ensinado e quais habilidades estão sendo observadas durante o processo de alfabetização.

ISSN: 2358-8829

Logo, entre as possibilidades pedagógicas descritas no artigo estão os jogos com letras e sons, a identificação do som inicial de palavras representadas por imagens, a segmentação oral de palavras e a formação de palavras simples com cartões. Tais exemplos podem inspirar o planejamento de atividades graduadas e concretas; no caso de crianças com TEA, porém, a escolha e a adaptação desses recursos devem considerar as características, as habilidades e as necessidades de cada estudante.

O USO DO MÉTODO FÔNICO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA

No trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o uso do método fônico deve considerar a singularidade de cada estudante, incluindo seus conhecimentos prévios, sua forma de comunicação, seus interesses, suas necessidades sensoriais e o ritmo de aprendizagem. O diagnóstico de TEA, por si só, não determina um único perfil de alfabetização nem garante que uma estratégia seja eficaz para todas as crianças. Por isso, a escolha das atividades e dos apoios deve basear-se na observação do desempenho e na avaliação pedagógica individual.

Quando apropriado ao perfil do estudante, o ensino explícito das correspondências entre fonemas e grafemas pode ser organizado em etapas curtas, previsíveis e cumulativas. O professor pode apresentar um som por vez, demonstrar a articulação, associar o som à letra correspondente, usar exemplos de palavras familiares e oferecer oportunidades frequentes de prática. Imagens, letras móveis, cartões, pistas visuais e materiais manipuláveis podem apoiar a compreensão da tarefa, desde que sejam acessíveis e não distraiam do objetivo principal.

A instrução pode incluir atividades de discriminação auditiva, identificação do som inicial, associação entre letra e som, combinação de sons para formar sílabas e palavras, leitura de palavras regulares e escrita orientada. É importante verificar se a criança compreendeu a instrução e se consegue aplicar a habilidade em novos exemplos, evitando concluir que aprendeu apenas porque repetiu uma resposta depois de um modelo. O acompanhamento deve registrar acertos, tipos de erro, nível de ajuda necessário e generalização das habilidades para outras palavras e situações.

ISSN: 2358-8829

Recursos visuais e rotinas previsíveis podem ajudar alguns estudantes a compreender o início, o desenvolvimento e o término da atividade. Instruções claras, redução de estímulos concorrentes quando necessário, tempo suficiente para responder e oportunidades de escolha também podem favorecer a participação. Se a criança utiliza gestos, imagens ou Comunicação Aumentativa e Alternativa, esses meios podem ser respeitados e incorporados à atividade; a comunicação oral não deve ser tratada como pré-requisito para participar de experiências de alfabetização.

O papel do professor é planejar o ensino, selecionar os objetivos, ensinar as correspondências entre sons e letras, avaliar o progresso e ajustar as estratégias. Outros profissionais da escola podem colaborar para garantir acessibilidade e participação, seguindo o planejamento pedagógico. Quando pertinente, o diálogo com a família e com profissionais que acompanham a criança pode ajudar a manter consistência entre os apoios, sem substituir a responsabilidade pedagógica da escola.

Dessa maneira, analisar o uso do método fônico na alfabetização de crianças com TEA requer observar como o ensino sistemático das relações entre sons e letras é planejado, quais adaptações são utilizadas, como o progresso é acompanhado e quais respostas a criança apresenta. A fundamentação deve considerar tanto os princípios do método quanto as condições individuais de acesso à aprendizagem. Essa perspectiva evita generalizações e permite discutir de forma crítica as possibilidades e os limites da abordagem no contexto da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados indicam que os principais desafios na aplicação da estratégia fônica dentro do ambiente escolar são a falta de formação e a atenção/engajamento, ambos com 30%. O apoio familiar e o apoio especializado correspondem a 20% cada, evidenciando a importância da formação profissional e do suporte conjunto entre escola, família e profissionais especializados.

A análise dos resultados evidencia que a aplicação da estratégia fônica de forma planejada, estruturada e intencional, favorece o desenvolvimento de habilidades fundamentais para aquisição das habilidades de leitura e escrita. Ao estabelecer relações diretasentre fonemas e grafemas, essa intervenção possibilita que o estudante compreenda o funcionamento do sistema alfabético, avançando da simples memorização dos nomes

ISSN: 2358-8829

das letras para a identificação consciente dos sons da fala e de suas correspondências na escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou refletir sobre o uso do método fônico no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando suas possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades iniciais de leitura e escrita. A partir da revisão bibliográfica e da discussão apresentada, compreendeu-se que o ensino explícito e sistemático das correspondências entre fonemas e grafemas pode contribuir para a compreensão do sistema de escrita alfabética, favorecendo o desenvolvimento da consciência fonológica, da decodificação e do reconhecimento de palavras.

Entretanto, a utilização do método fônico no contexto da educação inclusiva exige planejamento pedagógico, acompanhamento contínuo e estratégias que considerem as características, os conhecimentos prévios, as formas de comunicação e os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, recursos visuais, jogos pedagógicos, materiais manipuláveis, atividades lúdicas e instruções organizadas podem favorecer a participação e a compreensão das atividades, desde que sejam selecionados de acordo com as necessidades individuais de cada criança.

Ressalta-se, ainda, que o processo de alfabetização não deve se limitar à associação entre sons e letras ou à decodificação de palavras. É fundamental que o ensino dessas habilidades esteja articulado a práticas significativas de leitura e escrita, possibilitando ao estudante compreender os textos e participar das diferentes situações de uso da linguagem escrita. Dessa forma, o método fônico deve ser compreendido como uma possibilidade de organização do ensino, e não como uma estratégia única capaz de atender, indistintamente, a todas as crianças com TEA.

O estudo também evidencia a importância do papel do professor na organização das práticas pedagógicas inclusivas, por meio do planejamento, da avaliação contínua, da identificação das dificuldades e potencialidades dos estudantes e da adequação das estratégias de ensino. A formação continuada dos profissionais da educação e o trabalho colaborativo no ambiente escolar constituem aspectos relevantes para a construção de práticas que assegurem não apenas o acesso à escola, mas também a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Como limitação, destaca-se a necessidade de aprofundar a investigação empírica sobre a utilização do método fônico na alfabetização de crianças com TEA, considerando as práticas efetivamente desenvolvidas pelos professores e o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a análise das estratégias utilizadas no contexto escolar, investigando suas contribuições, seus desafios e as condições necessárias para sua implementação.

Portanto, que o método fônico apresenta possibilidades pedagógicas relevantes para o ensino inicial da leitura e da escrita, desde que sua utilização esteja associada a práticas inclusivas, intencionais e individualizadas. A alfabetização de crianças com TEA requer o reconhecimento de suas potencialidades, o respeito às suas singularidades e a oferta de condições adequadas para a aprendizagem. Desse modo, investir em estratégias pedagógicas fundamentadas, acessíveis e continuamente avaliadas representa um caminho importante para fortalecer a educação inclusiva e ampliar as oportunidades de aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Método fônico; Alfabetização; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação inclusiva; Leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2026.

FONSECA, Alessandra do Carmo (org.). Guia explicativo: **leis em defesa dos direitos das pessoas com autismo**. Brasília, DF: Editora IFB, 2018.

CAPOVILLA, Alessandra G. S.; CAPOVILLA, Fernando C. **Alfabetização: método fônico**. 4. ed. rev. e ampl.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana. **Apropriação do sistema de escrita alfabética: as contribuições dos estudos sobre letramento para o redimensionamento dos processos de ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 12, p. 158–171, 2020.

GUEDES, Isabel Moreira Rodrigues. **O desenvolvimento da consciência fonológica e a alfabetização**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência na Educação Básica – Alfabetização e Letramento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MACARINI, Sandra de Lourdes Andrade Jovial. **O uso do método fônico na alfabetização**. v. 7, n. 1, p. 76–87, 2026. ISSN 2675-7451.

PULIEZI, Sandra. **Fluência de leitura oral para educadores: como ensinar, desenvolver e avaliar**. Guarulhos, SP: Format Comunicação Gráfica e Editora, 2022.

_____. Sandra; DI AGUSTINI, Solange F. A. **Consciência fonológica e alfabetização: avaliação, planejamento e intervenção**. 1. ed. São Paulo: Instituto Ler Mais, 2024.

SILVA, Gilvane Fragoso da. **Contribuições do método fônico no processo de alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular nos anos iniciais do Ensino Fundamental I**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Anhanguera, São Luís, 2022.

Soares, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.